

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-MOGI, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, EM 26 DE ABRIL DE 2002.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dois, no anfiteatro da Escola Estadual Cardeal Leme, situada à Praça John Kennedy s/nº, no Município de Espírito Santo do Pinhal, às 9h:45min, presente o número regimental de membros deste Comitê, conforme previamente verificado pelas assinaturas constantes da lista de presença e do livro de atas, à disposição de todos presentes para conferência, o que ocorreu sem oposição, o Senhor Marcus Vinicius Lopes da Silva, iniciou a chamada dos membros componentes da Mesa Diretora dos trabalhos da 11ª Reunião Extraordinária do CBH-MOGI. Compuseram a mesa diretora o Prefeito Anfitrião de Espírito Santo do Pinhal e Presidente do CBH-MOGI, Sr. João Alborghetti; o Prefeito Municipal de Sertãozinho e Conselheiro Estadual dos Recursos Hídricos, Sr. José Gimenez; o Vereador e Presidente da Câmara Municipal, Sr. Antônio Carlos Marinelli; Deputado Federal, Sr. Sílvio Torres; o Deputado Estadual, Sr. Sidney Estanislau Beraldo e o Sr. Marcus Vinicius Lopes da Silva. Secretário Executivo do Comitê. A pauta dos trabalhos da 11ª Reunião Extraordinária do CBH-MOGI foi aberta pelo Presidente João Alborghetti, que deu boas vindas a todos, agradeceu a Diretora da Escola Estadual Cardeal Leme, Sra. Maria Helena Belí, pela gentil cessão das instalações daquela Casa de Ensino tão representativa para as gerações de pinhalenses que por ali passaram. Destacou sua dupla satisfação, como Prefeito Anfitrião e Presidente, em receber os membros deste colegiado em seu Município. Enfatizou a importância desta reunião plenária onde será apresentada, discutida e votada a proposta de minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 2/2002 que indica os pedidos de enquadramento aprovados para receber recursos financeiros a fundo perdido do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2002. Por oportuno, o Presidente Alborghetti justificou a alteração da data desta reunião plenária, de 04 de abril para 26 de abril, em razão de que a reunião do COFEHIDRO e do CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - que fixa o percentual e o valor que cabe a cada um dos vinte e dois comitês paulistas - se deu somente no último dia 2 de abril. Isto fez com que a Câmara Técnica de Gestão e Planejamento - a quem cabe o exame dos documentos, pontuação e classificação dos pedidos de recursos - adiasse suas atividades de seleção dos pedidos para o dia 4 de abril, quando, aí sim já sabíamos o valor de que dispúnhamos para distribuir. O Sr. João Alborghetti lembrou que, como é do conhecimento de todos, corríamos o risco de neste ano termos muito pouco para distribuir entre os vinte e dois comitês paulistas. Revelou que tão logo soube da gravidade do assunto – que colocaria em risco o sistema estadual de recursos hídricos – esta Presidência e o Conselheiro Estadual e Prefeito de Sertãozinho, Sr. José Gimenez, representante deste comitê no CRH, envidaram todos os esforços, em conjunto com os demais membros integrantes do sistema estadual, no sentido de procurarem, junto às autoridades estaduais, resolver o impasse. Revelou ainda que isto de fato ocorreu em face da grande sensibilidade de nossos interlocutores, em especial do novo Secretário Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Dr. Mauro Guilherme Jardim Arce, neste ato representado pelo Engº Luiz Fernando Obst do DAEE de Ribeirão Preto. O Sr. Alborghetti enfatizou ainda a presença dos Senhores Deputados que com seu trabalho parlamentar vêm apoiando os esforços dos comitês de bacia na preservação e conservação dos recursos hídricos. A seguir o Presidente franqueou a palavra ao Sr. José Gimenez, Prefeito de Sertãozinho e Conselheiro Estadual, que fez um breve relato das ações empreendidas para que os recursos destinados ao Fehidro em 2002 ficassem no mesmo patamar de anos anteriores, o que foi superado graças aos esforços de todos integrantes do sistema estadual de recursos hídricos e sensibilidade do governo. O Conselheiro destacou que tanto no Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO, como no Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, onde nos representa, devemos estar atentos com os índices de distribuição que cabe a cada um dos vinte e dois comitês, pois houve tentativa de mudanças, e que não atendiam aos nossos interesses, razão pela qual se posicionou pela manutenção dos mesmos índices de anos anteriores. Revelou, com surpresa, que soube no CRH que dos cento e vinte e sete milhões já deliberados pelo Fehidro, apenas sessenta milhões foram efetivamente utilizados! O restante refere-se a projetos aprovados e não executados pelos tomadores. O Sr. Gimenez concluiu que discutiu-se no CRH a volta de tais recursos para o Fundo e que cada comitê de bacia tomaria a decisão sobre a redistribuição. Sobre os índices de distribuição o Presidente Alborghetti pediu um aparte para informar que comitês menores iam saltar de 2,5% para 4,5%, e o nosso comitê cairia de 5,4% para 4,5%. Foi preciso bater na mesa e reafirmar que nosso comitê possui o 2º PIB do Estado, 41 Municípios, superfície de aproximadamente 17 mil Km² e população em torno de 1,4 milhão de habitantes. Além do que a Presidência rebateu outros argumentos, revelando que nossa bacia também possui estâncias climáticas e hidrominerais, “cuja vida é a água”. Alborghetti insistiu, na reunião do CRH, que é necessário e muito bom que comitês como o da Mantiqueira sejam preservados, contudo não podemos perder, não podemos ter nosso índice reduzido. Retomando a palavra o Conselheiro José Gimenez anunciou que foi criado um grupo técnico para discussão destes índices de distribuição para o próximo exercício e que precisamos tomar cuidado e ficar atentos, vez que, uma vez definidos os índices nada mais resta a fazer. Neste sentido o Conselheiro Gimenez assumiu novamente seu compromisso de defender os interesses do 8º Grupo que representa e que compreende quatro comitês (Pardo, Sapucaí Grande, Baixo Pardo e Mogi), em colaboração com todos membros integrantes destas unidades hidrográficas. Na sequência o Presidente João Alborghetti pediu ao Secretário Executivo que fizesse a leitura da ata da reunião anterior. O Sr. Secretário Executivo pediu a dispensa da leitura da ata, vez que todos os presentes possuíam cópia da mesma, solicitando à Presidência que a colocasse em discussão e votação. De imediato o Presidente colocou a ata em discussão e votação, que foi aprovada por todos os presentes. A seguir, a pedido do Presidente Alborghetti, o Secretário Executivo passou aos informes gerais, com os seguintes registros. a) CALENDÁRIO CUMPRIDO - Em nome da mesa diretora deste comitê o Secretário Executivo parabenizou a todos os membros deste colegiado e informando-os que com esta reunião cumprimos todas as etapas e fechamos o extenso calendário de atividades proposto e aprovado na reunião Plenária de Dumont, realizada em 1º de fevereiro, para os meses de fevereiro, março e abril. O Sr. Secretário Executivo lembrou que paralelamente - às tarefas necessárias à preparação dos pedidos de recursos do Fehidro, bem como sua análise, pontuação, classificação e aprovação – foram realizados cinco seminários regionais, um por semana em cada compartimento, para elaboração do plano de bacia. b) VACÂNCIA DO CARGO DE VICE PRESIDENTE - Como já é do conhecimento de todos em razão da ordem do dia, o Sr. Secretário Executivo anunciou que o nosso Vice Presidente, Engº Neiroberto Silva, apresentou à mesa diretora, no último dia 4 de Abri, carta informando que em razão de seu desligamento do Serviço de Águas e Esgoto de Mogi Mirim, e via de consequência da ASSEMAE, deixa a Vice Presidência. Para tratar da substituição do Vice Presidente foi convocada a Câmara Técnica Institucional Coordenada pelo Dr. Sérgio Ieda, que reuniu seus integrantes previamente à realização desta Plenária e optou por analisar mais detalhadamente o tema, posicionando-se sobre a matéria mais adiante. c) NOTÍCIAS DO PL 676/00 SOBRE COBRANÇA DA ÁGUA – O Secretário Executivo noticiou que no último dia 10 de abril, na Assembléia Legislativa do Estado foi realizada pela Comissão de Meio Ambiente “Audiência Pública” para discussão do Projeto de Lei n.º 676/2000, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. A audiência contou com a presença de inúmeras pessoas que apoiaram a imediata aprovação do

projeto. Participaram da audiência o Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Dr. Mauro Arce, representantes das principais organizações Federais e Estaduais ligadas ao saneamento e meio ambiente, Prefeitos Municipais e Presidentes dos Comitês de Bacias Hidrográficas, dentre eles o Presidente do CBH-MOGI, Sr. João Alborghetti, que integrou a mesa diretora dos trabalhos. Os Deputados Estaduais de diversos partidos decidiram pedir ao Presidente da Assembléia, Deputado Walter Feldeman, que coloque o PL 676/2000, de autoria do Senhor Governador, em pauta ainda na segunda quinzena de abril, para que as emendas sejam analisadas com profundidade e finalmente o PL entre em votação. d) COMITÊ FEDERAL – o Sr. Secretário Executivo noticiou ainda que consoante deliberado na última reunião plenária, a Presidência encaminhou ofício ao Senhor Secretário de Recursos Hídricos - conforme cópia constante do caderno distribuído na entrada a todos membros deste colegiado - recomendando aos 41 prefeitos da bacia que não assinem a carta de anuência e rogando ao Senhor Secretário que somente se posicione sobre a subscrição da proposta de formação do comitê federal após ouvir as razões deste colegiado, que entende ter sustentabilidade técnica e econômica para seguir seu destino de forma independente. Razão pela qual ainda nesta reunião estará formando o Grupo de Estudos para Constituição do Comitê Federal do Rio Mogi Guaçu. e) PLANO DE BACIA – continuando os informes o Sr. Marcus Vinicius revelou que o Grupo Elaborador do Plano de Bacia - GEP prossegue a passos largos na elaboração do plano. Neste momento o GEP está fechando o relatório sobre os 5 Seminários Regionais, realizados nos cinco compartimentos (do Rio do Peixe; do Rio Jaguari Mirim; do Alto Rio Mogi Guaçu; do Médio Rio Mogi Guaçu; do Baixo Rio Mogi Guaçu). Anunciou que os Seminários foram bastante concorridos, e agradeceu aos integrantes do GEP e cada uma de suas instituições, o enorme esforço realizado. Ao depois, em nome da mesa diretora parabenizou a todos integrantes deste colegiado que participaram, se fizeram presentes e ajudaram na elaboração de mais uma etapa na confecção de nosso plano. Concluindo, o Sr. Marcus Vinicius fez um agradecimento especial ao Presidente João Alborghetti, que esteve presente e abrindo quatro dos trabalhos dos cinco seminários. Sempre com palavras estimulando a integração entre municípios, estado e sociedade civil na tarefa de proteção e conservação da bacia para as gerações de hoje e de amanhã; a descentralização das decisões sem perder de vista o contexto da bacia, e sobretudo dando o exemplo do exercício participação, que sua simples presença física evocava. O Sr. Secretário Executivo noticiou que ao Grupo Executor do Plano cabe prosseguir em suas tarefas. Agora deverá debruçar-se sobre as informações colhidas e partir para a elaboração de cenários e metas de curto, médio e longo prazo. A previsão é apresentar o esboço final até mesmo final de julho, início de agosto. Nesta fase estarão sendo aproveitados todos os projetos e estudos sobre o CBH-MOGI já financiados pelo Fehidro; além do que os integrantes do Estado serão convocados para manifestarem-se em nome de seus órgãos, bem como para facilitar o acesso a outras informações necessárias. Finalizando o Sr. Marcus Vinicius informou que mais uma vez o Sr. João Alborghetti, Presidente do Comitê e do Grupo de Acompanhamento da Execução do Plano de Bacia – GAEXP, conta com a colaboração de todos integrantes deste colegiado, vez que o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi é obra coletiva. f) EVENTOS AMBIENTAIS EM JABOTICABAL – Finalizando os informes, o Secretário Executivo noticiou que no último dia 20 de março a Prefeitura Municipal de Jaboticabal promoveu o Seminário em parceria com a UNESP, CATI e SAAEJ sobre Gestão Hídrica no Município de Jaboticabal, objetivando formular políticas públicas para preservação de seus mananciais em especial o Córrego Rico responsável por 70% da água consumida na cidade, e que vem apresentando processo de degradação. Também no último dia 12 de abril a Prefeitura de Jaboticabal - em parceria com outras Prefeituras, dentre elas a de Rincão, e a UFSCAR - promoveu o 1º Seminário Regional sobre Saneamento Ambiental: abordando o tema “construindo compromissos para a gestão compartilhada de resíduos sólidos”, objetivando sensibilizar os gestores municipais e a troca de experiências entre os municípios que se interessam pelo assunto. O CBH-Mogi se fez presente na pessoa do Sr. Secretário Executivo que parabenizou os organizadores pela iniciativa. Na seqüência a Presidência franqueou a palavra ao Sr. Neiroberto Silva que informou que estava desligando-se em razão das eleições, aproveitando para reafirmar seus compromissos com a questão do saneamento básico e em especial com este comitê. O Presidente Alborghetti destacou o trabalho do Sr. Neiroberto que classificou como vice atuante, e pediu que continue com seu talento a prestigiar e colaborar com os trabalhos deste comitê, considerando as tarefas que ainda temos pela frente. Às 10h:18min horas o presidente solicitou ao Secretário Executivo que desse prosseguimento aos demais assuntos constantes da ordem do dia. Ato contínuo o Sr. Secretário Executivo anunciou a apresentação dos trabalhos da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento - CTGP que por intermédio de uma pequena equipe de seus membros fez a explanação da proposta de minuta de deliberação n.º 2/2002, cuja cópia encontrava-se em mãos do Plenário, e cujo texto indicava os pedidos de enquadramento aprovados para receberem recursos financeiros a fundo perdido do FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos no exercício de 2002, cuja proposta será objeto de discussão e votação deste Colegiado, ainda nessa reunião. O Sr. Marcus Vinicius adiantou que o objetivo dos expositores é apresentar de forma didática o conteúdo da proposta de minuta de Deliberação n.º 02/2001, que dispõe como foram distribuídos os recursos Fehidro para 2002. Na oportunidade o Sr. Secretário Executivo testemunhou, mais uma vez, o enorme esforço dos membros da CTGP. Revelou que o trabalho infatigável de seus membros, permitiu a realização desta reunião. Registrou que em razão das contingências com relação ao quanto caberia ao CBH-MOGI distribuir em 2002, esta Câmara teve que adiar seus trabalhos. Mas uma vez superada esta questão, seus membros reuniram-se no último dia 4 de abril para pontuação, classificação e aprovação dos pedidos. E como de costume, não interromperam os trabalhos nem mesmo para almoçar, trabalhando por sete horas seguidas! Bem por isto, o Sr. Marcus Vinicius agradeceu em nome do CBH-MOGI a todos membros da CTGP, dizendo-lhes que “esta Assembléia sabe que lhes delegou uma tarefa árdua, e que requer de cada um de seus integrantes o verdadeiro espírito espartano para suportar as dificuldades e superar - mais uma vez - esta importante etapa na condução de nosso Comitê”. Concluiu com um “muito obrigado” a todos integrantes da CTGP “por darem forma e conteúdo prático ao trinômio que nos orienta enquanto órgão colegiado: integração, descentralização e participação”. Feita esta apresentação inicial e agradecimento o Sr. Secretário Executivo, de imediato, chamou o Eng.º Luiz Carlos Mion, Coordenador da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento, que juntamente com os senhores Aparecido “Pelão” Hojaj, Marcos José Lomônico formaram a equipe responsável pela apresentação da proposta de minuta de deliberação CBH-MOGI n.º 2/2002. O Eng.º Luiz Carlos Mion, Coordenador da CTGP, abriu a apresentação informando que a Câmara Técnica de Gestão e Planejamento, consoante o disposto na Deliberação CBH-MOGI n.º 1/2002, prosseguiu o seu trabalho de atendimento às dúvidas dos tomadores de forma individual ou nos dois plantões de dúvidas, e posteriormente realizou duas reuniões para julgamento das propostas: a primeira no dia 18 de março, como previa o calendário, e a segunda no último dia 4 de abril, quando já sabíamos o montante a ser distribuído. Revelou que como de praxe preliminarmente foi realizada uma análise dos documentos técnicos e fiscais das propostas de pedido apresentadas. A seguir os pedidos foram agrupados por Programas de Duração Continuada, passando-se de imediato à pontuação técnica, classificação por pontos, distribuição e redistribuição dos recursos na forma disposta na deliberação CBH-MOGI n.º 1/2002, até indicação final dos projetos aprovados, consubstanciada na minuta de deliberação ora apresentada por esta CTGP. Noticiou que o relato dos trabalhos consta do livro de atas à disposição de todos membros deste colegiado, e neste ato entregue à Presidência e Secretaria Executiva. A seguir o Eng.º Mion

informou que foram apresentados 32 pedidos de enquadramento, sendo que 15 foram aprovados, e 17 desclassificados, conforme registrado nas atas da 2ª e 3ª ordinária da CTGP. Revelou que dos 17 (dezessete) pedidos não aprovados: a) 11 foram por não atender o Manual de Operações do Fehidro, sobretudo no que diz respeito à não apresentação de documentação de natureza técnica, fiscal, ambiental, administrativa e dominial, ou apresentação em desacordo com o exigido; b) os outros 6 por não atenderem exigências constantes da Deliberação CBH-MOGI n.º 01/2002, que estabeleceu os critérios para pontuação e seleção dos pedidos (2 por apresentarem mesmo CNPJ (art. 6º); 2 por apresentarem valor acima do disponível para distribuição (art. 2º; 4º e 6º); e 2 por não atenderem dispositivo específico de pedidos do subgrupo 3 d) (art.11,§3º, D). Bem por isto, o Engº Mion esclareceu - em razão do grande número de pedidos desclassificados por causa da documentação - que a CTGP pensa em tornar esta fase não eliminatória num primeiro momento. A idéia é orientar os tomadores, fixando prazo para apresentação dos documentos faltantes ou em desacordo com o solicitado. Somente após vencido o prazo prévio para ajustes documentais, o processo estará apto ou não para prosseguir (fase de pontuação técnica). Isto posto, o Engº Mion chamou o Sr. Aparecido "Pelão" Hojaij, que apresentou o quadro de distribuições e redistribuições que redundou na proposta de minuta de deliberação CBH-MOGI n.º 2/2002. A seguir abriu espaço para eventuais perguntas e contestações. Como não houve manifestações de imediato propôs à Presidência o encaminhamento da discussão e votação da minuta de Deliberação CBH-MOGI n.º 2/2002. Às 10s:45min o Presidente João Alborgheti retomou a palavra e colocou a Deliberação CBH-MOGI n.º 2/2002 em discussão e votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Finalizando o Presidente Alborgheti agradeceu o trabalho dos membros da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento que permitiu a realização das duas últimas Plenárias. Na seqüência o Sr. Secretário Executivo, a pedido do Coordenador da Câmara Técnica Institucional, Prof. Sérgio Ieda, comunicou ao Plenário que quanto à questão da Vice Presidência a câmara reuniu-se previamente à realização desta Plenária e optou por analisar mais detalhadamente o tema, posicionando-se sobre a matéria mais adiante. Às 10h:50min o Presidente Alborgheti inicia a discussão sobre a criação e formação do Grupo de Estudos para constituição do Comitê Federal. O Presidente principiou por destacar a importância de nosso comitê no contexto do Estado de São Paulo; lembrou que a participação de nosso comitê no grupo que discutia a formação de um grande comitê federal com aproximadamente 300 municípios, só fez crescer o sentimento de que podemos e devemos caminhar com nossas próprias pernas. Revelou que a recomendação aos 41 Prefeitos integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi para que não assinem a carta de anuência para formação de um comitê desta magnitude, e a carta enviada ao Secretário dos Recursos Hídricos, foram os marcos definitivos para identificar o rumo desejado por este Colegiado. Bem por isto, e seguindo nesse passo, anunciou que é preciso formar o Grupo de Estudos para Constituição do Comitê Federal. Contudo Alborgheti informou que não se pensa em um grupo muito grande, pois isto tornaria inviável eventuais deslocamentos, viagens para reuniões etc. Mais. Anunciou que este grupo deve ter de um lado a base institucional e de outro a base técnica para superar as tarefas técnicas e institucionais para implantação de um Comitê Federal. Isto posto, abriu a discussão. Além do Sr. João Alborgheti, Prefeito de Espírito Santo do Pinhal, que presidirá o grupo, inscreveram-se as seguintes pessoas: Sr. Amarildo Dudu Bolito, Prefeito de Rincão; Prof. Dr. Edson Arruda, representante indicado pelo Grupo de Execução do Plano de Bacia; Engº Luiz Carlos Mion, da CETESB; Sr. Sérgio Zerbetto, da Sociedade Ornitológica Descalvadense; Engº Luiz Antonio C. S. Brasi, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Mogi Guaçu; Sr. Paulo Mancini, representante da Prefeitura de São Carlos; Engº Luiz Fernando Obst, do DAEE; Sr. Aparecido Pelão Hojaij, representante da Prefeitura de Jaboticabal; Engº Leonardo Teixeira, representante da Prefeitura de Itapira; Engº Marcos Lomônico, representante da Prefeitura de Socorro. Prosseguindo na ordem do dia às 11h:10min o Presidente João Alborgheti, agradeceu a presença do Deputados Sílvio Torres e Sidney Beraldo, e o apoio que vêm dando ao desenvolvimento dos comitês de bacia, com seu trabalho parlamentar. De imediato, às 11h:10min o Presidente franqueou a palavra ao Deputado Estadual Sr. Sidney Beraldo, que saudou a todos, e principiou por dizer que em algumas áreas as coisas avançam muito, como no caso da legislação de recursos hídricos que classificou como bastante moderna. Noticiou que toda ela passou pela Assembléia Legislativa onde foi amplamente discutida com participação da comunidade. Afirmou que o avanço da forma descentralizada foi importantíssimo. Por oportuno destacou a forma como este Comitê tem trabalhado, sempre de modo democrático, com visão técnica e de longo prazo. Revelou que só recebe boas informações de seu funcionamento. A respeito do projeto de lei sobre a cobrança do uso da água informou que é favorável ao mesmo desde que este chegou à Assembléia Legislativa em 1998. Revelou que o projeto evoluiu, foram encaminhadas propostas dos setores da Agricultura, que receavam o impacto econômico sobre seus custos e, onde qualquer custo é preocupante em razão do baixo retorno desta atividade. O pleito é legítimo e deve ser considerado o impacto. Isto foi superado, bem como prosseguiu-se nas discussões com os demais setores envolvidos. Avançou-se muito, concluiu. Outra preocupação com o fato de os comitês estabelecerem valores para cobrança foi superada, após ampla discussão, com o estabelecimento de teto para cobrança. Concluiu que se chegou ao ponto onde todos não estão muito contentes e que, portanto, estamos próximo do mais correto, e que o projeto está pronto para ser votado. Finalizando revelou que o PL é um avanço porque representa maiores recursos para que cada comitê aplique de forma descentralizada os recursos arrecadados na própria bacia hidrográfica. Às 11h:25min o Presidente João Alborgheti, passou a palavra para o Deputado Federal Sr. Sílvio Torres, após enaltecer o seu trabalho parlamentar de ajuda aos comitês de bacia, sobretudo na defesa e encaminhamento e votação de emendas ao orçamento da união que permitiram o repasse de recursos financeiros. O Deputado Sílvio Torres, após sua saudação inicial, revelou que tem acompanhado os trabalhos dos Comitês Pardo e Mogi, e percebeu que há anos os recursos federais para rios não eram considerados para as bacias dos rios Pardo e Mogi. Estes se concentravam nas bacias dos rios Paraíba do Sul e Tietê. Noticiou que os técnicos de nossa região sensibilizaram a classe política e estes o governo federal para que destinassem também recursos financeiros para as bacias dos Rios Pardo e Mogi. Lembrou que temos duas categorias de municípios no Estado, os que são operados pela Sabesp e os que não são. Os que não são operados têm baixo nível de atendimento, e isto se explica porque a SABESP, que sempre foi ônus político, com a estabilidade da moeda equilibrou as tarifas, fez investimentos importantíssimos. Já nos municípios não operados os recursos são limitados. E revelou que dizia isto para acentuar a tarefa dos comitês de bacia para priorizar os municípios que não são operados pela Sabesp. Como exemplo citou sua cidade, São José do Rio Pardo, que tem apenas quatro por cento do esgoto tratado, e encontra-se sem perspectivas de recursos para resolver isto dentro de quatro, cinco ou seis anos, vez que não poderão sair do parco orçamento municipal. O Sr. Sílvio Torres destacou que fez este registro para destacar a importância dos comitês de bacia hidrográfica, com a seriedade e critério que vem marcando sua atuação. E destacou que não se permite outro viés, que não os das necessidades e razões técnicas que devem prevalecer, e que isto vem ocorrendo, como já sinalizou o Deputado Beraldo, graças às decisões descentralizadas. Enfatizou que o saneamento é uma das coisas mais sérias que devemos enfrentar, e neste sentido parabenizou a todos integrantes do comitê por suas ações neste sentido. Por oportuno lembrou que foi autor por duas vezes de emendas ao orçamento da união, que destinaram recursos financeiros para os comitês de bacia dos Rios Pardo e Mogi. Noticiou que o Deputado Nelson Marchezeli assinou em conjunto, e que juntos procuraram, com êxito, sensibilizar os demais deputados federais que compõem a bancada paulista, para o tema, e assim obteve-se recursos não só para as nossas

bacias, como também para as outras. Noticiou que os esforços para 2002 se convergem para algo em torno de oito milhões e oitocentos mil reais, e que a isto, somar-se-ão recursos da Agência Nacional de Águas, e que poderão ser atendidos via comitê. Sobre a verba do ano passado esclareceu que a parte que cabia aos comitês dos Rios Pardo e Mogi, já foram encaminhadas ao Palácio do Planalto, pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e previa o atendimento de quatro municípios. Dois do Comitê Pardo (Sertãozinho e Pontal) e dois do Comitê do Mogi (Aguai e Santa Rita do Passa Quatro). Por oportuno informou que este ano - quando da distribuição da verba decorrente de emenda ao orçamento – gostaria de participar, não para interferir, mas muito mais para tomar ciência e conhecimento das reais necessidades de nossa região. Dito isto renovou seu apoio aos Comitês dos Rios Pardo e Mogi, vez que aqui vivemos e moramos, e queremos a nossa população melhor atendida, assegurando também para as gerações futuras uma melhor qualidade de vida. Às 11h:35min o Presidente João Alborgheti agradeceu a participação de ambos os Deputados, passando de imediato para a pauta assuntos diversos, quando a palavra foi franqueada ao representante da Prefeitura de Vargem Grande do Sul que discorreu sobre a desclassificação de seu município por conta de ter apresentado projeto com valor acima do disponível. A pedido do Coordenador da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento - CTGP, o Secretário Executivo, em nome de todos, lamentou a desclassificação, mas lembrou que as regras eram do conhecimento de todos (Deliberação CBH-MOGI n.º 01/2002), e que a CTGP ficou por quarenta dias à disposição de todos, além do que realizou dois plantões de dúvidas, franqueando ainda a participação de todos na reunião de julgamento. No mais reiterou que a CTGP estará fazendo uma fase prévia não eliminatória num primeiro momento. Às 11h:43min o Presidente colocou em discussão a escolha do município onde será realizada a próxima reunião plenária. Tendo sido escolhido o Município de Descalvado, para a próxima reunião a ser realizada no início de julho. Às 11h:46min o Presidente do CBH-MOGI e Prefeito Anfitrião agradeceu a presença de todos, desejando-lhes um ótimo regresso. Com as homenagens de praxe deu por encerrada a 12ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu.

Espírito Santo do Pinhal, 26 de Abril de 2002.

Marcus Vinícius Lopes da Silva
Secretário Executivo do CBH-MOGI